

REALIZAÇÕES DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE NA GESTÃO DO MINISTRO SARNEY FILHO

- Abertura de diálogo com a sociedade civil e fortalecimento da relação com os governos e as secretarias de meio ambiente dos estados e municípios.
- Arquivamento do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós, no Pará.
- Juntamente com o BNDES, desestímulo às usinas termelétricas movidas a carvão mineral e a óleo combustível e incentivo às fontes limpas e renováveis.
- Fechamento da Usina de Candiota, no Rio Grande do Sul, maior usina termelétrica a carvão do País.
- Conclusão da fase de povoamento do CAR e lançamento de instrumentos para utilização da base de dados. Capacitação e integração dos estados para análise dos cadastros e avanço nas fases seguintes, de PRA e CRA.
- Ratificação, de forma célere, do Acordo de Paris.
- Coordenação, pelo Ibama, do Conselho Interfederativo sobre desastre de Mariana. O Instituto notificou e autuou a Samarco em diversas ocasiões.
- Reestruturação orçamentária dos órgãos de comando e controle – ICMBio e Ibama.
- Destinação de 56 milhões de reais de recursos do Fundo Amazônia para, pela primeira vez, serem aplicados diretamente nas ações do IBAMA de fiscalização e controle em regiões de maior pressão do desmatamento.
- Criação do Refúgio da Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, no litoral norte de São Paulo.
- Planejamento de concessões de parques nacionais para desenvolvimento do turismo em parceria com a iniciativa privada.
- Inauguração do Complexo Paineiras-Corcovado, no Parque Nacional da Tijuca.
- Aumento de 20% da área total de florestas federais em regime de concessão.
- Assinatura com a Alemanha do aditivo de 10 milhões de Euros ao contrato de contribuição financeira com a KfW, no âmbito do CAR.
- Lançamento do Programa Corredores Ecológicos.
- Assinatura do projeto de reintrodução da Ararinha-azul em seu habitat, na Caatinga, em parceria com instituições nacionais e internacionais.
- Retomada do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe), pactuada com a sociedade civil.
- Publicação de portaria com definição de espécies nativas da sociobiodiversidade de valor alimentício, para fins de comercialização nas compras públicas.
- Assinatura de TED com a Conab para fortalecimento e ampliação da Política de Garantia de Preços Mínimos para produtos da Sociobiodiversidade.
- Contratação de 5 projetos de apoio a planos de gestão territorial e ambiental em terras indígenas.
- Instituição, por portarias, do GT GAT Quilombolas e da Mesa de Diálogos com as Quebradeiras de Coco Babaçu.
- Assinatura do termo de ajuste complementar do acordo de cooperação entre Brasil e Alemanha para implementação do Projeto de Proteção e Gestão Integrada da Biodiversidade Marinha e Costeira (Projeto TerraMar).
- Caravana Verde contra o desmatamento na Amazônia Legal.

- Lançamento do Sinaflor, Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais.
- Lançamento do Programa Plantadores de Rios, para proteger e recuperar nascentes e Áreas de Preservação Permanente de cursos d'água, de forma a combater a crise hídrica.
- Ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO), que passou de 64 mil para 240 mil hectares de área. O Parque é Patrimônio Natural da Humanidade, zona núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado e faz parte do Corredor Ecológico Parana-Pirineus.
- Ampliação da Estação Ecológica do Taim (RS), que passou 11 mil para 33 mil hectares de área, ajudando a consolidar o sistema de áreas protegidas costeiras e marinhas. Proposta construída com atores locais.
- Ampliação da Reserva Biológica União (RJ), que passou 2,5 mil para 7,7 mil hectares de área. A Rebio protege, especialmente, o mico-leão-dourado.
- Criação do Parque Nacional dos Campos Ferruginosos, na região de Carajás (PA), na Amazônia, com 79 mil hectares.
- Assinatura do decreto que dá publicidade legal ao Acordo de Paris sobre Mudança do Clima, recepcionando o Acordo no Direito interno.
- Veto do Presidente da República à redução das áreas de importantes unidades de conservação, como resultado dos esforços do Ministério do Meio Ambiente junto à Presidência e ao Legislativo, para evitar retrocessos ambientais.
- Revogação, pelo Presidente da República, do decreto de extinção da Renca – Reserva Nacional de Cobre e Associados. Durante a elaboração da medida, o Ministério do Meio Ambiente deu parecer desfavorável à extinção e, após a publicação, o Ministro defendeu, publicamente e perante o Governo, que o decreto fosse revogado.
- Redução de 16% do desmatamento da Amazônia, em relação ao último período avaliado, após aumento preocupante dos índices nos últimos anos da gestão anterior, segundo dados do INPE – Instituto de Pesquisas Espaciais. Em agosto, o Imazon – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, que mede o desmatamento empregando metodologia diferente daquela utilizada pelo INPE, anunciou uma queda de 21%, relativa ao mesmo período.
- Redução de 28% do desmatamento nas unidades de conservação federais, de acordo com o INPE. A queda chegou a alcançar 65%, na área mais crítica da Amazônia – a Floresta Nacional do Jamanxim.
- Controle de incêndios florestais: mesmo sob condições climáticas muito mais severas e adversas, e com incêndios criminosos, a área queimada total em 2017 manteve-se inferior à de 2016.
- Aumento de mais de 10% na Lei Orçamentária Anual para 2018, comparada à de 2017, o que representa 82 milhões de reais a mais para a área ambiental.
- Assinatura do Decreto de Conversão de Multas Ambientais, que irá permitir a aplicação de recursos financeiros de grande monta em serviços ambientais, de forma célere, com resultados amplos e sem onerar o orçamento público, e intervenções robustas na recuperação de ambientes degradados, além de fomentar a economia, pois prevê ações que demandam insumos e mão-de-obra, com geração de renda e empregos.
- Assinatura do decreto que garante isonomia entre fabricantes, importadores e comerciantes de produtos que são objeto de sistemas de logística reversa obrigatória. A medida traz responsabilidade para todos os atores da cadeia e não apenas aqueles que assinam os acordos setoriais, que assumiam, até então, um ônus desigual.
- Assinatura do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – Planaveg.
- Edição da Medida Provisória 809/2017, que estabelece novas regras para a aplicação de recursos da compensação ambiental e aumenta o prazo de contratação de brigadistas.
- Aprovação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei do Renovabio, que estabelece uma nova política nacional de biocombustíveis, para aumentar a eficiência de produção do setor e, ao mesmo tempo, reduzir as emissões de gases do efeito estufa.

- Assinatura de contrato com o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), no valor de 60 milhões de dólares, para o Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia, coordenado pelo MMA e voltado para gestão de unidades de conservação, restauração e manejo sustentável na região.
- Assinatura, com a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), do Projeto Redeser, para reversão do processo de desertificação nas áreas suscetíveis do Brasil, com práticas agroflorestais sustentáveis e conservação da biodiversidade. O Projeto conta com recursos do GEF da ordem de 3,9 milhões de dólares.
- Assinatura de termo de cooperação para projeto de inovação digital do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que terá compra de ingressos on-line, ampliação da rede wifi gratuita para os visitantes, trilhas virtuais interativas, realidade aumentada, geolocalização dos principais pontos e game educativo. O projeto é uma parceria entre Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil, JBRJ e Associação dos Amigos do Jardim Botânico. Com isso, o trabalho da instituição ganha maior transparência e novos recursos de educação ambiental, além de promover a inclusão digital da sociedade e o aumento de arrecadação.
- Lançamento do primeiro grande chamamento público do Programa de Conversão de Multas Ambientais, destinado a projetos de recuperação, visando aumentar a quantidade e a qualidade da água das bacias do São Francisco e do Parnaíba, e a execução de ações socioambientais, para proporcionar melhor qualidade de vida às populações.
- Criação de dois novos mosaicos de áreas protegidas marinhas, sob a forma de áreas de proteção ambiental (APAs) e monumentos naturais (Monas), nos arquipélagos de Trindade e Martim Vaz, e de São Pedro e São Paulo. As áreas totalizam 90 milhões de hectares. Com isso, o Brasil passa de apenas 1,5% de suas áreas marinhas protegidas para 26,3%, superando as metas da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, acordados dentro da Agenda 2030 das Nações Unidas.
- Lançamento do Programa Nacional para a Conservação da Linha de Costa – Procosta, construído em colaboração com parceiros institucionais e comunidade científica, para aprofundar o conhecimento e aprimorar a rede de coletas de dados, visando um planejamento costeiro consistente e adequado.
- O País alcançou o marco de 25 sítios reconhecidos pela Convenção de Ramsar, sobre áreas úmidas. O tratado tem como objetivo promover a conservação e o uso sustentável dos habitats aquáticos em todo o mundo. Desde 1996, quando aderiu à Convenção, até o início da gestão, o País havia incluído 13 sítios na Lista de Ramsar.
- Em março de 2018, o Brasil recebeu o 8º Fórum Mundial da Água, principal evento internacional sobre recursos hídricos, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Governo do Distrito Federal e o Conselho Mundial da Água. A edição brasileira teve recorde de público, com 120 mil participantes, e inovações marcantes, como a Vila Cidadã, que recebeu dezenas de milhares de crianças, numa experiência de educação ambiental incomparável.
- Assinatura de contrato de colaboração financeira não reembolsável entre IBAMA e BNDES/Fundo Amazônia, para apoio ao PROFISC 1-B, com recursos de R\$ 145 milhões em 3 anos, para apoiar o combate ao desmatamento na Amazônia.
- Instituição do comitê da bacia hidrográfica do Parnaíba.
- Lançamento do Projeto Revertendo o Processo de Desertificação nas Áreas Suscetíveis do Brasil: práticas agroflorestais sustentáveis e conservação da biodiversidade – Redeser. Em parceria com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e duração de 4 anos, promoverá ações de recuperação na Caatinga, com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), da ordem de US\$ 3,9 milhões.
- Lançamento do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas – PLANAFE e criação da Comissão das Reservas Extrativistas Federais – CONAREX.
- Criação do Parque Nacional e da Área de Proteção Ambiental do Boqueirão da Onça, na Bahia, formando um mosaico de unidades de conservação na Caatinga. Juntas, as duas unidades somam 850 mil hectares contínuos.
- Criação de 3 novas reservas extrativistas no litoral norte do Maranhão, para proteger os recursos naturais que garantem a subsistência de populações tradicionais da região: Baía do Tubarão, com 223 mil hectares, Itapetininga, com 16,7 mil hectares, e Arapiranga-Tromaí, com 90 mil hectares.
- Ao final da gestão, entre 104 órgãos federais avaliados, a ANA ocupa o 1º lugar e o Serviço Florestal Brasileiro o 2º, no Ranking da Transparência Ambiental do Ministério Público Federal.

atualizado em: junho/2018

